
O significado de adolescência presente no discurso sobre as práticas de atendimento a adolescentes

Mônica Laís Camoleze

Psicóloga

Mestranda pela Universidade Federal do Paraná - UFPR

Roberta Kafrouni

Doutora em Psicologia Social

Professora do Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Resumo

Este estudo teve como objetivo pesquisar o significado de adolescência presente no discurso sobre as práticas de atendimento a adolescentes efetuadas em uma instituição. Para tanto foi efetuado um estudo de caso em uma república de abrigo em que foram entrevistados cinco funcionários da mesma. As entrevistas semi-estruturadas realizadas com cada participante buscaram entender as práticas da instituição, o significado de adolescência presente, e como esse significado relacionava-se com as práticas do abrigo. Os relatos foram analisados por meio da construção de núcleos de significação do discurso, tendo como referencial teórico a Psicologia Sócio-Histórica. Concluiu-se que a república significa a adolescência como um período natural do desenvolvimento, estando presente no discurso dos entrevistados a culpabilização dos jovens pelos seus sucessos e fracassos, o que impede a avaliação da eficácia e adequação de suas práticas.

Palavras-chave: Significado. Adolescência. República. Abrigo.

Abstract

This study has had as an objective to study the meaning of adolescence present in the speech about practices of services provided for adolescents in an institution. For such, it was done a case study in a shelter for teenagers, of which five employees were interviewed. The semi-structured interviews made with each participant tried to understand the practices of the institution, the meaning of adolescence present, and how this meaning related to the shelter's practices. The reports were analyzed by the construction of meaning cores in the speech, having as reference Social-Historical Psychology theory. It was concluded that the meaning of adolescence present in the shelter is of a natural period of development, also being present in the speech of the interviewed the culpability of the young people for their own success and failures, what doesn't allow the evaluation of efficacy and adequacy of their practices.

Keywords: Meaning. Adolescence. Housing. Shelter.

O presente estudo tem por objetivo discutir o significado de adolescência presente no discurso sobre as práticas educativas em um abrigo de adolescentes e sua articulação com as mesmas. Assim, buscou-se evidenciar a relação dialética existente entre significado de adolescência e práticas de abrigamento, isto é, demonstrar de que forma o significado de adolescência contribui para a construção e aplicação das práticas, ao mesmo tempo em que estas contribuem para a construção do significado de adolescência.

A noção de adolescência surgiu no contexto da Revolução Industrial, e também foi nesta época que ela passou a ser considerada como normal, portanto, naturalizada. Nesse momento histórico, as crianças precisaram passar um tempo maior nas escolas se preparando para as exigências novas do mercado de trabalho que estava evoluindo tecnologicamente, e com isso o tempo de espera para a vida adulta também aumentou. Foi a esse novo momento entre infância e vida adulta que se denominou adolescência.

Acompanhando o desenvolvimento das ciências naturais, consideradas tradicionalmente como o modelo de ciência, este período foi descrito em termos biológicos ocorridos nessa etapa e a adolescência passou a ser encarada como um período natural do desenvolvimento (Bock, 2004).

Esta naturalização da adolescência é decorrente da compreensão de que o homem é um ser biológico e natural, com características inerentes que são desenvolvidas naturalmente em cada período da vida. Assim, a adolescência foi explicada a partir das mudanças orgânicas ocorridas nos jovens em que determinadas características surgem inevitavelmente em todos os adolescentes. Na Psicologia surgiu a noção de Síndrome Normal da Adolescência – estabelecida por Mauricio Knobel (Aberastury & Knobel, 1992) – que contribuiu para legitimar a visão naturalizante e patologizante da adolescência – que é descrita como um conjunto de características: manifestação da sexualidade, rebeldia, dificuldade no estabelecimento da identidade, crises religiosas, tendências anti-sociais, flutuações constantes de humor, etc. Assim, essas características foram avaliadas como normais e inevitáveis, tornando a adolescência um período de perturbação natural do desenvolvimento.

Esta concepção de adolescência parece continuar a se reproduzir na literatura especializada. Em estudo

realizado por Bock (2007), sobre as concepções acerca da adolescência freqüentemente encontradas nos livros destinados a pais e educadores, a autora verificou a manutenção da noção de síndrome normal da adolescência. Os adolescentes são geralmente descritos por características supostamente universais e negativas como descontrole, medo, preocupação social, contradição, emoções contraditórias, oposição, insegurança, baixa auto-estima, depressão, indecisão, agressividade, resistência, maldade. Há uma tendência de se considerar que a origem destas características está na produção de hormônios e em mudanças cognitivas e comportamentais decorrentes do desenvolvimento biológico. Logo, considera-se que essa fase se encerra quando se atingem as características adultas – a forma final deste desenvolvimento.

Uma decorrência desta concepção naturalizada é a desconsideração de fatores históricos e culturais na explicação da conduta e da subjetividade do adolescente. Deste modo, tende-se a identificar no indivíduo a razão para seus problemas ou dificuldades e a excluir a análise de quaisquer outros fatores que podem estar relacionados a essas questões.

Alguns autores como Bock (2007) e Frota (2007), apontam a necessidade de compreender a adolescência como uma categoria histórica, isto é, como construída socialmente. Segundo Bock (2007),

nem mesmo as características corporais podem ser entendidas totalmente como naturais, pois elas também são socialmente significadas. Os seios das meninas, por exemplo, já significaram a possibilidade de amamentação, ao passo que hoje são sinônimos de sensualidade. No caso dos meninos a força muscular já foi sinônimo de força para o trabalho, enquanto hoje significa beleza, sensualidade e masculinidade. Com isso, verifica-se que os jovens têm suas características interpretadas e significadas pela sociedade que oferece, ao mesmo tempo, uma referência para a construção de suas identidades.

Em contraposição à concepção tradicional de adolescência, a Psicologia Sócio-histórica propõe que o desenvolvimento do significado de adolescência acontece nas relações concretas e na atividade significadas, o que também marca a importância de certos aspectos como classe social, cultura, sexo, raça e idade (Ozella & Aguiar, 2008). Salles (2005) também aponta que as condutas dos adolescentes só podem ser entendidas com base na relação estabelecida nas condições objetivas da cultura em que estão, visto que em cada época e em cada sociedade há uma forma sentir, trabalhar, desejar e viver.

Esta compreensão de adolescência de forma não naturalizada e universalista é defendida também por Senna e Dessen (2012), os autores apontam que tal

forma de se considerar a adolescência é inapropriada, ultrapassada e limitada, uma vez que além de não ser condizente com os avanços na área da Psicologia do Desenvolvimento, ainda impede o diálogo com diferentes áreas de pesquisa, profissionais e políticos.

Diante do exposto sobre a adolescência, é importante identificar a forma como os adolescentes foram abordados neste estudo. Neste caso abordamos adolescentes em condições desfavoráveis, como pobreza e violência e que estas também são significadas em nossa sociedade e participam da constituição do significado de adolescência em um contexto determinado.

Segundo Arpini (2003) a pobreza, consequência da desigualdade, sempre foi considerada perigosa perante a sociedade, por ser entendida como facilitadora da violência. Nesse contexto, há uma sobreposição de significados relacionados aos adolescentes pobres que facilmente passam a ser considerados violentos, pois além de serem considerados “naturalmente” agressivos, encontram-se num contexto facilitador do comportamento violento.

Rizzini (2004; 2006), em sua retrospectiva sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, demonstrou que desde o século XIX, crianças e adolescentes em condições de pobreza eram vistos como potencialmente perigosas, tornando necessárias

medidas que evitassem que se perdessem em meio à desordem e à marginalidade, a fim de resguardar o progresso brasileiro. Essa compreensão sobre as crianças abandonadas conduziu às formas jurídico-assistenciais permeadas pelo controle; controlava-se a criança para protegê-la da criminalidade e, assim, entendia-se que se protegia o futuro do país. Além disso, notou-se que algumas famílias pobres manifestavam o desejo de terem seus filhos institucionalizados, para que tivessem garantia de saúde, alimentação e educação. Em alguns casos, as próprias crianças desejavam institucionalização para ter uma vida melhor.

Azôr e Vectore (2008, p. 85), também verificaram o desejo de jovens pela institucionalização para terem acesso a determinados serviços (saúde, educação, lazer), mas aponta que em muitos casos a questão financeira está atrelada a outras questões como: “maus-tratos, maternidade precoce, comprometimento psíquico, história de vida dos genitores e número elevado de filhos”, não sendo todos os casos de abrigamento decorrentes, de fato, da pobreza.

Foi a partir de discussões acerca de problemas como esses que surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA visa a proteção à criança e ao adolescente de forma integral, o que consiste na

garantia dos direitos humanos do cidadão. Para isso, deposita a responsabilidade nos diversos âmbitos, como a família, a comunidade, a sociedade, e o Poder Público, havendo maior concentração nas “causas estruturais ligadas às raízes históricas do processo de desenvolvimento político-econômico do país, tais como a má distribuição de renda e a desigualdade social”, ficando cada vez mais estabelecida a idéia de que a criança e o adolescente não deveriam ser separados da família e da sociedade. (Rizzini, 2004; 2006).

Após o ECA, os abrigos dividiram-se em formas específicas: a casa transitória, ou casa de passagem; o albergue; a casa-lar; a república, ou pensionato para adolescentes; e a aldeia (Costa et al., 2007). Essas instituições visam atender às exigências do ECA, abolindo a antiga prática de abrigamento – permeada pela lógica disciplinar de controle e massificação, porém, isso não se verifica na maior parte dos casos, pois ainda coexistem práticas antigas atuais (Rizzini, 2004).

De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), regulamentado em 2011, o acolhimento institucional deve ser oferecido nas modalidades: pequenos grupos, casa-lar e casa de passagem. A primeira modalidade é destinada para até 20 crianças

e adolescentes, a segunda modalidade para até 10 crianças, e a casa de passagem é um tipo de instituição para acolhimento de curtíssima duração (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

Marques e Czermak (2008) apontam que ainda existe uma assistência baseada na lógica disciplinar e padronização do atendimento às crianças, levando a uma massificação prejudicial ao desenvolvimento individual; as autoras apontam ainda que os funcionários, por não terem uma formação que os propicie desenvolver um trabalho mais eficiente, acabam reproduzindo o modelo de interação familiar que tiveram, tornando grande o risco de se repetir a violência e a exclusão já sofridas pelas crianças e adolescentes dessas instituições.

Uma questão também muito verificada ainda nos abrigos atuais é o fato de serem instituições mantidas por entidades religiosas, o que resulta em que as práticas de abrigamento sejam quase que exclusivamente pautadas em princípios religiosos, transformando a educação muito mais em uma divulgação de ideologias do que na formação para a autonomia. Em um estudo realizado por Costa et al. (2007) 46% dos abrigos não-governamentais tinham relação com entidades religiosas.

Porém, existem abrigos que tendem a se aproximar mais dos preceitos que o ECA estabelece, podendo-se

“concluir que a visão ‘exclusivamente’ prejudicial dos abrigos, como lugares insalubres e precários, onde um grande número de crianças e adolescentes convivia sob um sistema coletivizado, vem perdendo força” (Siqueira & Dell’ Aglio, 2006, p. 78), corroborando com os dados apresentados por Costa et al. (2007) que verificaram que a maioria dos abrigos tem conseguido utilizar bem os recursos disponíveis na comunidade, como assistência médica, psicológica, odontológica, educacional, entre outros. Mas, esse fato não exclui a necessidade de se promoverem avanços. (Siqueira & Dell’ Aglio, 2006).

Esses dados mostram que, apesar de muitas instituições já conseguirem cumprir grande parte das exigências do ECA, ainda existem instituições que são marcadas por concepções e práticas antigas e ultrapassadas. Por isso, é importante compreender o que orienta instituições a permanecerem em tais práticas. O significado de adolescência, presente no discurso sobre as práticas de abrigamento, é um dos aspectos que possivelmente participa desta orientação, pois diz respeito à compreensão que a instituição tem da população a que presta serviço.

Assim, a análise do significado produzido pela instituição em relação à população que atende, permite ultrapassar a discussão sobre quantidade e qualidade dos serviços sociais, pois conduz a uma forma de

análise mais profunda, que possibilita a compreensão de um dos possíveis fatores que influenciam a forma como esses serviços são planejados e prestados. A investigação do significado permite uma análise que supera a experiência particular para a formação de generalizações ou categorias que permitem a transmissão de informação, sem a necessidade da experiência concreta, tornando o significado não apenas individual, mas também histórico e social. (Luria, 1986).

Isso quer dizer que se os significados alteram-se tanto na experiência individual como na história social, entende-se que o significado de adolescência que se tem hoje pode ser diferente do significado de adolescência existente épocas anteriores, e que este também é modificado ou fortalecido na experiência particular de cada sujeito. Ademais, se os significados são alterados a partir da relação com o meio, o meio também é modificado através das práticas realizadas a partir dos significados existentes.

Assim sendo, este estudo permite a compreensão da forma como o significado de adolescência foi construído na história social e como foi fortalecido na experiência individual, ao mesmo tempo em que possibilita entender como as práticas voltadas aos adolescentes foram construídas a partir desse significado de adolescência, e como esse mesmo

significado participa na constituição dos jovens abrigados.

Método

O estudo foi realizado em uma instituição de abrigo para adolescentes, que consiste em uma unidade de abrigo mantido por recursos públicos e que atende a demanda produzida pelo serviço de assistência social da prefeitura da cidade de Curitiba. A instituição oferece permanência continuada para jovens de 14 a 18 anos de idade consideradas em situação de risco social e pessoal. Assim, os objetivos informados pela instituição são a garantia da satisfação das necessidades básicas, e o trabalho com práticas voltadas à autonomia e a autogestão.

Na instituição trabalhavam 15 educadores, uma gerente, uma vice-gerente, uma assistente social, além de quatro cozinheiras e auxiliares de serviços gerais, e um motorista. Destes, foram entrevistados cinco funcionários – Eliane, Eduarda, Elisa, Gabriela e Verônica (nomes fictícios).

As entrevistas foram semi-estruturadas, consistindo no seguinte roteiro:

1. qual o cargo do funcionário;
2. quais as atividades desenvolvidas pelo funcionário entrevistado;

3. qual a função da instituição;
4. quais os objetivos da instituição com os adolescentes;
5. qual o significado que o entrevistado atribuía à adolescência;
6. quais as práticas já realizadas com os adolescentes;
7. quais as práticas realizadas atualmente com os adolescentes; 8. quais os objetivos das práticas atuais.

Os relatos obtidos foram analisados qualitativamente por meio de Análise de Conteúdo (Flick, 2009) Todo o material foi transcrito para que, a partir de uma leitura, fosse possível extrair os principais temas que surgiram na narrativa de cada participante ao longo das entrevistas. Em seguida, foi feita a síntese da análise de conteúdo de modo que o texto das transcrições foi parafraseado, as paráfrases menos relevantes foram omitidas (primeira redução) e posteriormente as paráfrases similares foram condensadas e resumidas (segunda redução). Desta forma foi possível uma generalização de forma a sintetizar o material num nível maior de abstração. Chegou-se assim a duas categorias nomeadas a partir da fala dos participantes entrevistados: “*É a tal aborrescência*”; e “*Quem capta, capta. Quem pega é uma parcela.*”.

Resultados

A partir das entrevistas realizadas, foi possível identificar duas categorias de conteúdo relacionadas ao significado de adolescência e às práticas de abrigo: “*É a tal aborrescência*”; e “*Quem capta, capta. Quem pega é uma parcela.*”.

A categoria “*É a tal aborrescência*” se refere ao significado de adolescência presente na república. O título do núcleo consiste em uma frase de um dos entrevistados que representa a naturalização da adolescência vista como um período caracterizado por aborrecimentos tanto para o jovem como para aqueles que vivem com ele.

No que se refere às definições de adolescência os entrevistados a definiram como um estágio da vida em que o jovem se comporta tanto como adulto quanto como criança, por isso, em alguns momentos são cobradas condutas mais responsáveis dos jovens, enquanto em outros momentos é considerado que eles não têm responsabilidade suficiente para realizar atividades que tipicamente são feitas por adultos. Nesse sentido, os entrevistados pontuaram o cuidado que se deve ter com o adolescente para não tratá-lo nem como adulto nem como criança, visto que ele ainda não é nem um e nem outro. A frase de Elisa pode exemplificar isso:

No meu ponto de vista eu acho que a adolescência é complicada, ela é uma fase complicada, você não é nem criança e você não é adulto. Na realidade assim, as pessoas te cobram demais por algumas coisas, mas você acaba não respondendo por outras porque você não tem idade.

Essa imaturidade que os entrevistados relataram também é utilizada como justificativa para as dificuldades de aprendizagem dos jovens em relação a alguma atividade ou objetivo da república. Além disso, para os entrevistados, alguns adolescentes absorvem o que é ensinado mais rapidamente, enquanto outros aprendem mais devagar por ainda serem muito imaturos. A frase de Eliane ilustra essa questão:

É claro que hoje, o crescimento e o amadurecimento é só com a idade, então a gente já tem essa bagagem pra poder cobrar isso aí deles. Uns absorvem rápido, outros não.

Independente da capacidade que os entrevistados consideram que os jovens possuem para aprender o que lhes é ensinado, esta aprendizagem deverá ser encerrada aos 18 anos de idade, pois nesse momento o jovem passará a ser considerado adulto e sairá da instituição. Portanto, em relação aos adolescentes da instituição, 18 anos de idade é visto como marco de passagem à vida adulta, e isso possivelmente está relacionado com a necessidade de “amadurecimento” para a vida fora

da instituição em que o jovem deverá ter condições de viver sozinho ou retornar à família, como afirma a educadora 2:

Eu to todo dia sentado conversando né, eu tenho criança e tenho os adolescentes né, explicando várias coisas, que quando você tá com 18 anos você já não é mais adolescente e você vai ver aí como é lá fora. (Eduarda).

Além de marco para a passagem à vida adulta, os 18 anos são considerados pelos entrevistados um marco referente ao mercado de trabalho, pois entendem que após essa idade as oportunidades de emprego diminuirão. O relato da vice-gerente mostra como isso ocorre:

Mas vai ver é a tal da aborrescência mesmo né, não consegue naquele período aproveitar tudo, porque depois as portas vão fechar. Essa coisa também é bem má, porque enquanto ele não tem 18 é uma coisa muito de colo né, fez 18 fechou tudo, tudo. Até a Juíza diz assim, a partir de agora ele tem 18, façam o que vocês acharem que devem fazer. Quer dizer, coloca ele pra fora. Quer dizer, o que é isso né?, será que é essa a passagem, será que então não teria que ser antes, ou fazer um outro tipo de trabalho. Isso não é só uma ruptura, fez 18 e então acabou. (Verônica).

Nessa fala pode-se perceber que há uma tentativa de pensar as práticas da instituição em relação aos jovens, quando a entrevistada questiona a forma de passagem

da institucionalização para a vida fora do abrigo. Mas a responsabilização do jovem pelos seus sucessos e fracassos é mais evidente, em decorrência da sua “suposta” necessidade de amadurecimento.

Quando os entrevistados se referem a esse amadurecimento do jovem como necessário para atingir a vida adulta, relatam alguns aspectos que consideram como característicos (naturais) da adolescência, e que definem o momento de imaturidade:

O que caracteriza é a rebeldia, o conflito de normas, o pensar que sabe tudo, que nunca vai acontecer nada com ele, com o imediatismo.” (Eliane); “É uma fase de dúvidas, é uma fase de perguntas, é uma fase de não se gostar, não se olhar no espelho, de achar o outro sempre melhor do que ele, de estar com a auto-estima muito baixa, a nossa clientela principalmente tem uma auto-estima baixíssima, e acho um momento muito duro pra eles também, bem difícil, de medo. Eu sei que é tudo mais complicado, um probleminha é do tamanho de um alfinete é muito grande naquele momento, é uma barreira intransponível, e pra eles que não tem apoio, por mais que nós estejamos aqui se fazendo as vezes de família. Eu acho um período pra eles muito complicado mesmo. (Verônica)

Neste relato observa-se que o entrevistado considera haver diferença entre os jovens que estão no abrigo e aqueles que não estão. Os jovens do abrigo são considerados como tendo um agravamento dos

comportamentos naturalmente ruins apresentados na adolescência.

Quanto à segunda categoria: “*Quem capta, capta. Quem pega é uma parcela.*”, permite verificar como o significado de adolescência influencia as práticas voltadas aos adolescentes, visto que deposita neles a responsabilidade pelo alcance das metas estipuladas pela instituição. Essa responsabilização fica evidente no relato da vice-gerente:

E a gente vai pensando individualmente, dá uma certa angústia, se fala puts, a gente tentou e tentou, mas não, vamos relativizar, a gente tem uma parcela, não que o que a gente pode oferecer a gente pode oferecer pra todos, quem capta, capta, quem pega é uma parcela, outros não vão, quem sabe daqui um tempo uns não lembram, opa, aquilo que foi falado eles estão certos”. (Verônica)

Esse relato mostra que as práticas institucionais não são avaliadas, e qualquer problema no que se refere ao não alcance das metas é justificado como culpa do adolescente, que não conseguiu captar o que deveria ter aprendido. Além disso, na tentativa de atingir os objetivos, verifica-se que as práticas da república são orientadas para a adaptação do jovem à norma social, ao invés de serem orientadas para a reflexão dos adolescentes, como deixa claro a gerente:

Então, quer dizer, você tá mostrando pra ele que ele enquanto cidadão têm direitos e deveres em todos os lugares que ele convive. Então, é tentar construir nele isso, esse senso crítico também né, de saber lutar pelos seus direitos, e se adequar também nos espaços, ter comportamento adequado com cada lugar que ele vai porque é isso que ele vai ter que ser na vida, ele vai ter que realmente na vida se adequar e viver em sociedade, e com prazer com lazer, com a parte boa, a parte ruim.” (Gabriela)

Essas práticas que levam à adequação à sociedade, sem questionamentos, sem pensamento crítico, fazem lembrar a idéia de salvação da criança da criminalidade e da marginalidade discutida por Rizzini (2004; 2006), e a idéia de que algumas famílias não têm condições de educar moralmente seus filhos. Além dessa suposta incapacidade de educar moralmente, há casos em que os jovens são abrigados por não terem acesso à saúde, educação, e lazer. Nesses casos, muitas vezes as próprias famílias desejam abrigo, e uma vez tendo sido abrigado, os próprios jovens, em alguns casos, desejam continuar institucionalizados. Isso fica claro nos seguintes relatos:

Eles fazem tanta coisa. Na realidade eles têm uma vida muito mais agitada do que se eles tivessem em casa, também tem isso, por isso que eles não gostam de ficar em casa né”. (Elisa); “E ele pede pra gente, eu não quero voltar, porque ele não quer viver naquela realidade.” (Gabriela)

Quando ocorre o retorno à família, a república busca investir na educação profissionalizante, isto é, o jovem participa de cursos, mas essas oportunidades são restritas, pois são na maioria cursos para padeiro. Quando o jovem não se interessa por algum dos cursos oferecidos investe-se na busca de empregos. Entretanto, nestas formas de inserção no mercado de trabalho, percebe-se que o enfoque é dado para o emprego em que o retorno financeiro seja imediato, a fim de voltar para a família ajudando financeiramente, ou para que o jovem tenha condições de se manter ao sair da instituição aos 18 anos de idade:

Quando o adolescente tem uma possibilidade de retorno familiar a gente investe na questão dele de estudo profissional de trabalho né, pra que ele volte pra essa família trabalhando né”. (Gabriela)

Discussão

Nas entrevistas o significado de adolescência foi associado à idéia de imaturidade, e esta como fazendo parte do desenvolvimento normal. Assim, a maturidade e a responsabilidade são vistas como sendo atingidas apenas com 18 anos de idade, que foi a idade apontada pelos entrevistados da república como marco de passagem à vida adulta.

Essa questão retoma a naturalização da adolescência, presente em diferentes correntes da Psicologia

e apropriada pela sociedade. A naturalização da adolescência, na república estudada, diz respeito a uma adolescência como período normal e natural ao desenvolvimento humano, isto é, período pelo qual todos passam, apresentam conflitos, e terminam ao atingirem naturalmente as características dos adultos; nesse sentido a passagem da adolescência para a vida adulta é considerada como dependo do amadurecimento dos comportamentos dos jovens, que deve ocorrer naturalmente, a partir do amadurecimento natural do sistema biológico, desconsiderando-se a influência do contexto social. (Bock, 2004). Resultados semelhantes foram encontrados em pesquisa de Araújo e Oliveira (2010) em que foi observado em uma instituição que buscava uma intervenção socioeducativa por meio do circo. A pesquisa encontrou que a noção de adolescência apresentava elementos contraditórios em que ora era definida a partir do contexto cultural, ora era definida de forma universalista e descolada do contexto.

Além disso, no caso dos adolescentes da instituição estudada, esse marco de passagem entre duas etapas do desenvolvimento pareceu ser definido em decorrência de uma norma institucional, ou seja, pelo fato de ser a idade máxima em que o jovem pode permanecer abrigado. Depois de 18 anos de idade, ele já deve estar “maduro” e com “responsabilidade” suficiente para

viver fora do ambiente institucional, seja sozinho ou com sua família.

Essa norma é definida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No Artigo 2 “considera-se [...] adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade” e “nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade” (p. 9). Desse modo, no Artigo 104 é apontado que medidas penais são aplicáveis aos jovens apenas a partir dos 18 anos de idade.

Se a idade é o que orienta a permanência máxima no abrigo, mesmo havendo a idéia de abrigo como local provisório, então, segundo Nascimento (2005), é necessário que o desligamento do adolescente da instituição seja considerado como algo a ser feito progressivamente desde o momento em que ele é abrigado, por meio de valores e práticas que alcancem efetivamente a autonomia do jovem e sua real inserção social.

Caso contrário, se os abrigos orientarem suas práticas privilegiando a “dependência e a acomodação, compartilhando alimento, roupa, brinquedo, banho, numa dinâmica comportamental submissa e impessoal”, a tendência é de que os jovens sejam prejudicados em relação ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional, tornando o 18º aniversário algo

amedrontador, carregado pela idéia de abandono, aliás, de mais um abandono. (Nascimento, 2005, p. 135).

Além dessa questão apontada por Nascimento (2005) e verificada na presente pesquisa, também foi observado que a educação é compreendida apenas como um recurso para a entrada no mundo do trabalho, e para o trabalho que garanta apenas o sustento e a sobrevivência, não havendo perspectiva maior do que essa. Sustento e sobrevivência acabam por ser considerados como uma forma de adquirir autonomia para a vida fora do abrigo, o que já foi apontado por Ozella (2002): “os jovens trabalhadores fazem associação entre escola e trabalho como forma de adquirir autonomia”.

A falta de perspectiva em relação ao futuro, ou uma perspectiva limitada de futuro, é apontada por Liebesny e Ozella (2002), quando estes relatam que para a maioria dos jovens, e principalmente os jovens pobres, o trabalho diz respeito apenas a uma atividade que possibilita a sobrevivência, visto que resulta em certo ganho financeiro que facilita a aquisição de bens. Os autores também apontam que, em classes menos favorecidas, o curso universitário é visto como quase impossível.

Assim, a associação de educação e trabalho apenas para a sobrevivência tende também a ser um fator que dificulta o desligamento dos adolescentes do abrigo,

pois o tipo de curso e de trabalho que se oferece aos jovens abrigados, apesar de visar à autonomia para a vida fora da instituição, não oferecem perspectivas de futuro aos jovens, pois impossibilitam uma renda mensal suficiente ou a busca por ocupações mais valorizadas, tanto do ponto de vista financeiro como pessoal e, portanto, dificultam a construção de autonomia.

Essa questão da educação orientada apenas para o mercado de trabalho é apontada pelos entrevistados desta pesquisa, que consideram que o jovem precisa estudar apenas o suficiente para poder trabalhar.

Segundo Arpini (2003, p. 154), “o trabalho é valorizado, não importando num primeiro momento, sua natureza ou as condições que oferece”, pois é ele que possibilita certa autonomia. Com isso, a educação vai tornando-se menos importante, por não fornecer retorno imediato e, assim, a perspectiva de prolongar os estudos para outras profissões vão sendo desconsideradas, pois basta saber ler e escrever para atender aos serviços que trazem retorno financeiro imediato (padeiro, empacotador, etc.), mesmo que pequeno. Sallas, Bega, Moraes e Villa (2003) também apontam que a realidade social para os jovens pobres consiste no ingresso mais cedo no mercado de trabalho, diminuindo as possibilidades de eles continuarem estudando.

Martinez e Soares-Silva (2008) apontam que é preocupante quando adolescentes são desligados dos abrigos em decorrência da maioridade sem que eles tenham as condições necessárias para isso, como autonomia e condições financeiras de se sustentarem. As práticas institucionais devem considerar a saída do adolescente desde o momento em que ele é abrigado, orientando-se para a construção do futuro do jovem, para a construção do que ele precisa para sair o abrigo (construção do sentimento de confiança, autonomia, independência econômica e pertencimento ao grupo cultural para além do abrigo). Caso contrário tende-se a fortalecer o vínculo e a dependência dos jovens com a instituição, fazendo com que eles construam uma concepção de abrigo como um lugar de moradia e não de passagem, tornando a saída do abrigo um processo de produção de desigualdade.

Liebesny e Ozella (2002, p. 62) afirmam que o adolescente é um sujeito “em constante relação com outros, vivenciando permanente e contínuo processo de construção e transformação de si e das próprias relações sociais na qual é ser ativo”. Isso quer dizer que nas suas relações, eles interiorizam valores que orientam suas condutas, e também fazem parte da construção desses valores no contexto social em que estão inseridos.

Como aponta Liebesny e Ozella (2002, p. 63), “quando questionamos o projeto de vida de um jovem, devemos estar atentos para as condições nas quais esse projeto é construído”, a fim de que o jovem possa construir um projeto de vida que o possibilite ter uma vida melhor e diferente da qual ele sobreviveu. Os autores colocam que as “possibilidades de construções internas, subjetivas, se dão [...] a partir das atividades externas, nas relações sociais”, por isso, quando se trabalha com o projeto de vida de um adolescente, como é realizado em abrigos, é necessário atentar para as condições objetivas que orientam a construção desse projeto.

A subjetividade é construída nas relações sociais que ocorrem em todos os contextos. Por isso, deve-se ter clareza sobre que tipo de adolescente se pretende produzir. No caso das instituições de abrigo, se a idéia é tornar o jovem um ser autônomo para que ele tenha condições de ser desligado da instituição, é preciso criar condições objetivas para isso, ou seja, as práticas de abrigamento devem ser orientadas para a meta que se tem.

Na instituição de abrigamento em que o estudo foi realizado, foi verificada a existência de objetivos de acordo com o que o ECA propõe como ideal para o caso dos adolescentes abrigados. Entretanto, também foi verificado que não há pensamento crítico em relação

às próprias práticas. O que ocorre, quando se verifica o não alcance dos objetivos, ou seja, a não produção do adolescente proposto pelo ECA, é a culpabilização desse adolescente por esse fracasso.

Assim, o que se constatou a partir da fala dos entrevistados é que a instituição estudada contribui para a produção de um sujeito a partir de seus próprios valores, os quais são construídos na relação dialética entre indivíduo e sociedade. Porém, quando o jovem comporta-se inadequadamente, considera-se que a culpa é dele e dos problemas naturais e inevitáveis da adolescência, ao invés dos valores e práticas que orientaram a construção desse adolescente dito problemático.

Segundo Liebesny e Ozella (2002), esses valores presentes na sociedade de modo geral, e reproduzidos em práticas como as de abrigamento, são referentes à valorização da individualidade. A individualidade transmitida pela sociedade e fortalecida por ela mesma conduz à culpabilização/responsabilização do sujeito, que consiste em uma estratégia psicossocial sutil de exclusão, evidenciada pela atribuição do sucesso ou fracasso ao próprio sujeito, desconsiderando questões históricas e sociais (Guareschi, 2007).

Fica evidente a responsabilização do sujeito por parte dos educadores, visto que os entrevistados da república responsabilizam o desenvolvimento

“normal” do adolescente pelas atitudes consideradas imaturas, não avaliando o papel das práticas do abrigo em relação a esse desenvolvimento, a esse aprendizado de autonomia e responsabilidade.

No caso dos jovens abrigados, não bastando a consideração de que seus comportamentos “ruins” são vistos como naturais a esse período, aparece na fala dos entrevistados a consideração de que eles possuem um agravamento destes comportamentos em decorrência de seu histórico de pobreza e, em alguns casos, também de violência.

Esta questão pode ser compreendida levando-se em consideração a história de abrigamento do Brasil, visto que ao retomá-la foi possível verificar que algumas crianças e jovens eram abrigados por serem considerados uma ameaça ao progresso do país. (Rizzini, 2004; 2006). Eram consideradas ameaças as crianças e adolescentes que estavam abandonados nas ruas em meio à marginalidade, e aqueles que eram abandonadas moralmente por não receberem a educação necessária dos pais, sendo, portanto, potencialmente perigosos. (Rizzini, 2006).

Historicamente, a pobreza como conseqüência da desigualdade social sempre representou perigo, pela crença de que a violência e a marginalidade decorrem da pobreza. Tal crença é demasiadamente simplista, pois se origina a partir de uma relação de causa e efeito

construída pela classe dominante, impossibilitando o entendimento real do que acontece na vida dos menos favorecidos, o que poderia facilitar a promoção de práticas que rompessem com essa crença. (Arpini, 2003).

Assim, as práticas de abrigamento foram sendo construídas para atender à norma social, que consiste na idéia de proteger as crianças e adolescentes da marginalidade, visto que suas histórias de abandono físico e moral os tornavam potencialmente perigosos, e essa noção ainda se faz presente em práticas atuais, pois, segundo Martinez e Soares-Silva (2008), o contexto de abrigamento é muito complexo, visto que envolve discursos e práticas construídos no passado que se articulam com as construções presentes sobre ele.

É essa articulação entre práticas antigas e contexto de abrigamento atual que se verificou nesta pesquisa. Neste caso, há reprodução das práticas de abrigamento antigas, e juntamente com o significado que atribuem à adolescência – população a quem suas práticas são destinadas – tem como resultados o fracasso do serviço prestado na maioria dos casos, visto que muitos jovens não retornam às suas famílias, ou retornam sem inserção efetiva, ou voltam às ruas e se envolvem com atividades como roubo e uso de drogas.

Deste modo, adolescentes que vivem em contexto de pobreza são automaticamente considerados

jovens potencialmente perigosos, com tendências à marginalidade. Por isso, ao não se atingir um objetivo com o adolescente, não se questiona a prática, mas culpa-se o jovem por ser pobre (com tendências à violência e à marginalidade) e por ser adolescente (fase do desenvolvimento compreendida como naturalmente ruim – adolescência normal e patológica). E “é nesse universo cruel que um grande número de adolescentes vive e constrói seus referenciais” (Arpini, 2003, p. 39) e, com isso, sua subjetividade, fortalecendo, desse modo, a crença de que ele é potencialmente ruim e perigoso, permanecendo em um círculo vicioso.

Assim sendo, se o objetivo de um abrigo é reinserir o jovem em sua família e/ou na sociedade da melhor forma possível, faz-se necessário romper com essa crença de que os adolescentes são potencialmente ruins e perigosos. Isso pode ocorrer na medida em que for repensado tanto o significado de adolescência que tem orientado tais práticas, como a reprodução da história de abrigamento do Brasil nas práticas atuais, pois, como foi constatada na república estudada, a reprodução atual de concepções e práticas de abrigamento antigas juntamente com a consideração de um jovem potencialmente ruim e perigoso, tem facilitado às instituições fracassar em suas práticas.

Esse fracasso ocorre porque a instituição, ao arraigar-se em concepções antigas e errôneas, não

verifica demandas atuais e reais dos jovens, e ao não atuar com as demandas reais, acaba errando na construção e condução de suas práticas. Ademais, como as crenças em que suas práticas se baseiam culpabilizam o adolescente pelo fracasso, há a tendência de culpar o jovem pelo que não deu certo, ao invés de avaliar suas práticas e as crenças que a embasam para, então, poder fazer diferente.

Considerações Finais

Concluiu-se que, na instituição pesquisada, a adolescência é considerada como um período natural, portanto, como constituído de características normais e naturalmente ruins. No caso dos jovens abrigados,

soma-se a consideração de que são potencialmente perigosos por serem pobres.

Assim, os adolescentes abrigados carregam duplamente significados negativos: primeiro porque são adolescentes, e segundo porque são pobres. E é isso o que embasa a responsabilização do jovem, por parte dos educadores do abrigo, pelo seu sucesso ou fracasso na república, pois uma vez potencialmente ruim e perigoso, há tendência de que estas características sejam utilizadas para justificar o fracasso tanto com suas metas pessoais quanto com as metas estabelecidas pela instituição de abrigamento, levando a instituição a não avaliar a efetividade e validade de suas práticas para a população a que se destina.

Referências

- ABERASTURY, A. P. R.; & KNOBEL, M. (1992). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- AGUIAR, W. M. J.; & OZELLA, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(2). Retirado de: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a06.pdf>.
- ARAÚJO, C. M. & OLIVEIRA, M.C.S. L. (2010) significações sobre desenvolvimento humano e adolescência Em um projeto socioeducativo. *Educação em Revista* v.26 n.03 p.169-194
- ARPINI, D. M. (2003). *Violência e exclusão: adolescentes em grupos populares*. Bauru-SP: EDUSC.
- AZÔR, A. M. G. C. C. V.; & VECTORE, C. (2008). Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia*, 25(1). Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n1/a08v25n1.pdf>.
- BOCK, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Cad. Ceded*, 24(62). Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20090.pdf>.
- _____. (2007). A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 11(1). Retirado de: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07.pdf>.
- BRASIL. (1990). Estatuto da criança e do adolescente. Recuperado em 20 de julho de 2009: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (2013) Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.
- COSTA, D.; SALCEDO, E. A. B.; & LAZZARINI, V. (2007). *Acolhimento institucional no Paraná: desvendando a realidade: relatório executivo*. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná, Retirado de: http://www.secj.pr.gov.br/arquivos/File/dirigentes_livrocompleto.pdf.
- D' ALMEIDA, L. P. R. (2009). *Juventude, família e autonomia: entre a norma social e os processos de individuação*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Retirado de: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/319/1/21209_ulsd057815_td.pdf.
- FROTA, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1). Retirado de: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epp/v7n1/v7n1a13.pdf>.

- GUARESCHI, P. A. (2007) Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- LIEBESNY, B.; & OZELLA, S. (2002). Projeto de vida na promoção de saúde. Em: Conselho Federal de Psicologia. *Adolescência e psicologia: concepções, práticas, e reflexões críticas*. Retirado de: http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/cartilha_adolescencia_psi.pdf.
- LURIA, A. R. (1986). *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Lúria*. Porto Alegre: Artes Médias.
- MARQUES, C. C.; & CZERMAK, R. (2008). O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. *Psicologia & Sociedade*, 20(3). Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/06.pdf>.
- OZELLA, S.; & AGUIAR, W. M. J. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133). Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a05v38n133.pdf>.
- RIZZINI, I.; & RIZZINI, I. (2004). *A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- RIZZINI, I. (2006). Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Congresso Internacional de Pedagogia Social, ano 1. Retirado de: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100019&script=sci_arttext.
- SALLAS, A.L.F.; BEGA, M.T.S.; MORAES, P.R.B.; & VILLA, R.D.(2003). Juventude, Trabalho e perspectivas de futuro: o caso de Curitiba. In: FRAGA, P.C.P.; IULIANELLI, J.A. S. (Orgs.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Salles, L. M. F. (2005). Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia*, 22(1). Retirado de: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epc/v22n1/v22n1a05.pdf>.
- SIQUEIRA, A. C.; & DELL' AGLIO, D. D. (2009). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1). Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf>.
- MARTINEZ, A. L. M.; & SOARES-SILVA, A. P. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: A voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista*, 14(2). Retirado de: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/viewArticle/336>.
- NASCIMENTO, N. M. G. M. (2005). *Adolescência com prazo de validade: Um estudo do impacto da prática educativa em instituições de abrigo de Salvador*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia. Retirado de: <http://www.biblioteca-acaeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/1417/1/tese.pdf>.
- SENNA, S.R.C.N. & DESSEN, M.A. (2012) Contribuições das Teorias do Desenvolvimento Humano para a Concepção Contemporânea da Adolescência. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. Brasília, Jan-Mar. Vol. 28 n. 1, pp. 101-10.